

## **ENTREVISTA COM REGINA HENRIQUES, SUB-REITORA DE EXTENSÃO E CULTURA DA UERJ**

**A senhora está no segundo mandato como subreitora de extensão da UERJ, resultado de um longo processo de envolvimento com a extensão universitária. Como começou a sua trajetória na extensão universitária?**

Minha formação é na área de saúde, sou enfermeira. Sempre militei na área de saúde coletiva e políticas públicas. Na UERJ sou professora de enfermagem em saúde pública que inclui o acompanhamento dos alunos nas atividades de campo em postos de saúde e comunidades. Trabalhava também como enfermeira da secretaria municipal de saúde nestes mesmos cenários. Ao longo dos anos fui percebendo a necessidade de ter uma permanência e uma relação mais constante, corresponsabilizada, nas unidades onde nos inseríamos para o processo de formação. Os projetos de extensão nos ajudavam nesse processo de enraizamento, de compreensão dos processos de trabalho e de colaboração com os serviços de saúde. Comecei a pesquisar este campo da educação e do trabalho em saúde, e as atividades que desenvolvia nestes cenários para o ensino e para a extensão garantiam essa reciprocidade interinstitucional, abriam oportunidades interessantes para a formação mas também para inovação nos serviços oferecidos pelas unidades de saúde nas quais nos inseríamos.

**Olhando sua trajetória no campo, quais foram os maiores avanços que a extensão universitária teve nas duas últimas décadas?**

Eu percebo que a extensão universitária até meados dos anos 80 era muito pouco compreendida nas universidades. Eram serviços que em geral as universidades ofereciam ou cursos de curta duração. Com a criação do FORPROEX e os debates que trouxe para o campo do ensino superior em relação à extensão, foi-se delineando melhor o corpo teórico da extensão universitária e a definição política das suas diretrizes. Nestes 25 anos de existência do Fórum a extensão foi ganhando espaço e status de atividade acadêmica, com peso na sua importância para a construção de conhecimento, de espaço de formação e qualificação das relações políticas e sociais da universidade com os demais espaços sociais. Ainda temos um longo caminho a percorrer na garantia da qualidade e institucionalidade da extensão, mas não tenho dúvidas de que já avançamos muito. Temos mais reconhecimento, fomento e garantias para a realização e aprimoramento da extensão, editais que se voltam para a participação da universidade na implementação de políticas públicas que se fazem através da extensão, o apoio de algumas FAPs para atividades de extensão, maior visibilidade das ações de extensão na plataforma LATTES, enfim estamos avançando.

**A universidade pública está assentada na ideia de uma formação a partir de um tripé composto por ensino, pesquisa e extensão. No entanto, tradicionalmente, a extensão ocupou um lugar subalterno. Isso mudou? De que modo?**

Esta questão diz respeito ao próprio modo pelo qual as universidades brasileiras foram se organizando. Muitas surgiram a partir da união de cursos isolados ou de pequenas faculdades que ofereciam cursos de graduação, se voltavam para a formação profissional baseada em teorias da educação e práticas pedagógicas mais tradicionais. A necessidade de dar o salto de qualidade para as universidades, torná-las competitivas internacionalmente, fez com que as mesmas se voltassem para a organização e desenvolvimento da pesquisa, do oferecimento de pós-graduações. E, hoje, tanto os cursos de graduação são pautados em diretrizes nacionais e possuem mecanismos nacionais de avaliação e comparação como também a pós-graduação, o que trouxe como consequência

quase natural a organização de grupos e laboratórios de pesquisa, quadro bastante conhecido de todos nós.

A extensão teve um caminho diferente. Não havendo nenhum instrumento nacional que obrigasse as universidades a apresentarem seus produtos de extensão, seu oferecimento esteve muito associado aos processos internos dos cursos e universidades, sua necessidade de estabelecer e manter diálogos com outros espaços sociais, as concepções políticas de democratização e participação que estavam mais ou menos presentes nas gestões universitárias. Hoje, apesar de termos regulamentação legal que obriga as universidades a oferecerem atividades de extensão, de a Constituição tratar da questão da indissociabilidade, de os instrumentos de avaliação do ensino de graduação e pós-graduação incluírem as atividades de extensão, as mesmas aparecem como uma complementação, mais um dado no processo de avaliação do curso. Não há um condicionante com o mesmo peso para determinar a oferta de ações de extensão nos cursos. Desta forma, temos uma diversidade muito grande na maneira como a extensão se organiza localmente e de como suas atividades são avaliadas, mensuradas e exigidas. Esse debate está presente no FORPROEX, e temos uma comissão que conduz à reflexão e à proposição de indicadores da extensão, ao tempo que estamos acompanhando o PNE para que o mesmo contemple a extensão e o projeto de lei da extensão para regulamentar nossas práticas, incluindo nesta questão o pagamento de bolsas para estudantes e bolsas produtividade na extensão para docentes.

**A senhora foi eleita recentemente a vice-presidente da FORPROEX, quais são, na sua opinião, os maiores desafios que a extensão brasileira vive atualmente?**

Alguns destes desafios já abordei nas questões anteriores. O grande desafio é a garantia da institucionalidade da extensão, seu reconhecimento como atividade formativa e contributiva para o avanço do conhecimento, para oferecer novas questões para investigação e para pensar a aplicabilidade do conhecimento produzido na universidade. As demais são intrinsecamente ligadas a esta. O fomento que garanta a oferta permanente das ações de extensão, com previsão orçamentária. Os editais para incentivar determinados campos de atuação com recursos suficientes para gerarem impacto. A avaliação da extensão como um indicador não apenas da programação da própria extensão mas para conferir qualidade ao ensino, sendo parâmetro para o planejamento institucional. A extensão fazendo parte do processo formativo, com a carga horária dedicada a ela explicitada no Histórico Escolar, como forma de flexibilizar a formação e destacar experiências diferenciadas vividas pelo estudante. Enfim, é seguir o percurso das mesmas lutas, mas considerando os avanços obtidos para avançarmos mais.

**Há uma tendência recente de internacionalização da extensão universitária, sobretudo, inicialmente, através de uma aproximação com países latino-americanos. Como anda esta agenda?**

O FORPROEX incluiu a agenda da internacionalização. Fazemos parte de uma rede de extensão universitária da América Latina e Caribe (ULEU) e do Grupo de Montevideo (UGM) que tem se reunido mais regularmente. Temos o Congresso Ibero-Americano de Extensão que ocorre de dois em dois anos, intercalando com o Congresso Brasileiro de Extensão. E o Fórum tem participado dos encontros de dirigentes latino-americanos de extensão.

Mas temos debatido o trabalho de extensão realizado em regiões de fronteira. Há uma comissão específica para esta temática no Fórum. E, também, queremos apresentar uma base teórica para a participação da extensão no processo de internacionalização promovido pelo governo federal através do Ciência sem Fronteiras.

**Nos últimos anos, cresceu a participação da cultura na extensão universitária. Qual a importância desse processo?**

As Universidades podem contribuir muito para a cultura, tanto no que diz respeito à produção cultural quanto na reflexão acerca da cultura e suas implicações nos processos de formação humana, de compreensão da presença do Homem no mundo, pensamento identitário, diálogo entre diferentes. E isso faz com que a Universidade cresça na sua participação, produção e oferecimento de ações culturais. E, penso que, pela natureza das ações e pelo diálogo que estabelecem com a sociedade, é natural que estejam sob a gestão das pró-reitorias de extensão. Além disto, muitas ações de extensão já travavam este diálogo com a cultura e suas manifestações. Outra questão importante, pensando a cultura como uma política de Estado: também é via Extensão que a Universidade poderá contribuir com a sua implantação.

**Do mesmo modo, o debate sobre ações afirmativas passou, em grande medida, também pela extensão, a partir de grandes programas nacionais, como o “Conexões de Saberes”, ou da inclusão da temática nas linhas prioritárias dos principais editais de extensão, como o PROEXT. A UERJ tem uma longa história com cotas raciais. Quais são os desafios para a atual implementação desta política em nível nacional?**

Eu diria que, pela experiência acumulada pela UERJ (que foi pioneira nesta ação afirmativa, e por ser Universidade estadual não recebe recursos federais para tal ação), o grande desafio é o da manutenção do estudante na Universidade. Não basta que entre, é preciso concluir sua formação. E não é por defasagem de conhecimento que não permanece. Percebemos e temos estudos sobre isso, que os estudantes ingressantes pelo Sistema de reserva de vagas superam suas eventuais deficiências e têm excelentes resultados, inclusive na média de tempo para conclusão do curso. A questão é financeira, a necessidade de ter renda e que torna incompatível muitas vezes a dedicação ao curso. É preciso criar mecanismos que garantam a permanência do estudante. Mas eu diria que o principal desafio é vencer o preconceito. As universidades ainda são elitistas e tendem a ver a entrada de um grupo excluído de bens sociais como uma ameaça à excelência da Universidade. Devo dizer que a experiência prova que não é. Defendemos a inserção e a excelência.

**Houve avanços na institucionalização das ações de extensão, no entanto, ainda há muito o que avançar. Quais os próximos passos nesta agenda da Extensão universitária?**

Temos uma longa agenda que atualiza lutas que temos travado para a institucionalização da extensão, seu fomento e sua inclusão no Plano Institucional como ação formativa e produtora de conhecimento. As iniciativas que o FORPROEX tem tomado e apontado estão expressas na Carta de Brasília, documento final do XXXII Encontro Nacional do FORPROEX, ocorrido em novembro de 2012. Seus principais pontos são: importância da manutenção do FORPROEX como Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Superiores PÚBLICAS Brasileiras; adequada inserção da Extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, tendo em vista as metas da Educação Superior no Plano Nacional de Educação; necessidade de uniformidade do financiamento interno entre as federais, estaduais e municipais que, no momento, demonstra a disparidade da práxis extensionista em cada universidade; efetiva presença das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa no apoio à extensão, como já ocorre em alguns estados; incorporação do Plano Nacional de Extensão como estratégia de intervenção do governo, quicá do Estado, que sinaliza para o reconhecimento do estado da arte e das medidas necessárias para a universidade cumprir sua missão de formar quadros profissionais e produzir tecnologias inseridas na realidade do

país; finalização da minuta da Lei de Extensão para regulamentar esta prática acadêmica como uma demanda urgente para a universidade; necessidade de ampla discussão sobre extensão e educação a distância com vistas a estabelecer marcos normativos para viabilizar a ação institucional da extensão universitária, em consonância com previsão específica de recursos pedagógicos e financeiros, para atender à expansão dessa modalidade; e estabelecimento de critérios para que a extensão também possa ser contemplada na concorrência às Bolsas de Internacionalização oferecidas pelos órgãos governamentais.